

Sindicatos recebem com restrição medidas de emergência de Collor

por Salete Silva
de São Paulo

As medidas econômicas de emergência que estão sendo estudadas pelo presidente eleito Fernando Collor de Mello e sua principal assessora econômica, Zélia Cardoso de Mello, são vistas com restrição por sindicatos que se encontram em negociação salarial e que possuem data-base nos próximos meses. Entre as propostas anunciadas estão: aumento do aviso prévio de 1 para 3 ou 6 meses; distribuição de tíquetes para aquisição de alimentos da cesta básica e aumento do valor do seguro desemprego.

Para o diretor do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, os assessores de Collor estão anunciando medidas interessantes aos trabalhadores para depois aplicar medidas recessivas. "Não analisei as propostas com profundidade, mas acho que estão passando a mão na cabeça do trabalhador para depois enfiar a faca", afirmou César Pereira, diretor do sindicato e funcionário da Petrobrás.

Em assembleia realizada ainda nesta semana, a categoria decidirá se aceita a proposta da Petrobrás, que prevê um reajuste de 128,83% — referente ao período de fevereiro de 89 a janeiro de 90 —, além de um aumento real de 12%.

Segundo Pereira, a empresa se recusou a aceitar o pagamento quinzenal dos salários, conforme reivindicou a categoria, o que tornará os salários ainda

mais defasados. "Este ano, diz ele, será muito difícil para o trabalhador, pois a recessão será inevitável", afirmou, salientando que a categoria está disposta a se mobilizar para exigir mecanismos de pagamento dos salários que diminuam as perdas inflacionárias. "Graças a nosso poder de pressão, conseguimos obter um reajuste de 24,44% em outubro passado", contou.

Para a diretoria do Sindicato dos Professores dos Estabelecimentos de Ensino Privados, Sílvia Barbara, algumas medidas anunciadas por Collor, como o tíquete para produtos da cesta básica são positivas.

Porém, a ampliação do prazo do aviso prévio, que aumentaria o custo do empregador na demissão de um empregado, não é tão interessante, segundo Sílvia. Para ela, nesse caso, a melhor solução é a indenização do trabalhador.

Embora a pauta de reivindicação dos professores — com data-base em março — não traga nenhuma novidade para diminuir as perdas salariais provocadas pela inflação, Sílvia reconhece que este será um ano difícil para o trabalhador e afirma que o governo Collor de Mello é uma incógnita. "Não sei qual será a postura dele. Só sei que as negociações com os patrões serão muito difíceis neste ano", afirmou, acrescentando que a categoria pretende consolidar as importantes conquistas sociais do ano passado como, por exemplo, o acréscimo da hora-atividade.